



Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas, no salão de reuniões do Hotel Eron, situado no Setor Hoteleiro Norte, quadra 05, bloco “A”, Asa Norte em Brasília-DF, reuniram-se as integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para tratar da seguinte pauta: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Informes gerais; 3) Agenda Internacional (Beijing + 10, Relatório Cedaw, CIM); 4) Comissão tripartite para a revisão da legislação punitiva do aborto. Estiveram presentes as seguintes Conselheiras da Sociedade Civil: I) Schuma Schumacher/AMB; II) Justina Inês Cima/Movimento de Mulheres Camponesas; III) Nilza Iraci Silva/Art. de Mulheres Negras Brasileiras; IV) Suplente Maria Dirce Mendonça Fonseca/ABMCJ; V) Dirce Cavalheiro Veron/CONAMI; VI) Maria Ednalva Bezerra de Lima/CUT; VII) Márcia de Campos Pereira/CMB; VIII) Raquel Felau Guisoni/CNTE; IX) Suplente Iria Martins/BPW; X) Creuza Maria Oliveira/FENATRAD; XI) Nalu Faria Silva/Marcha Mundial; XII) Eline Jonas/UBM; XIII) Ana Maria da Silva Soares/Rede Nac. Feminista; XIV) Suplente Lia Zanotta; XV) Clara Charf; XVI) Albertina de Oliveira Costa; XVII) Marilma Torres G. de Oliveira/OAB; XVIII) Maria Elvira Salles Ferreira/MERCOSUL; XIX) Suplente Dalva Maria Thomaz Rocha. Representantes Governamentais: I) Ministra Nilcéa Freire e a Secretária Adjunta Maria Laura Sales Pinheiro; II) Mariana Meirelles N. Guimarães/MP; III) Maria José de Oliveira Araújo/MS; IV) Denise Antonia de Paula Pacheco/SEPPPIR; V) Andréa Lorena Butto Zarzar/MDA; VI) Myriam Bréa H. Souza/MJ; VII) Flávia Gomes Galiza/MC; VIII) Hildézia Alves Medeiros/MDS; IX) Mari Machado/MCT; X) Regina Célia de Oliveira Bittencourt/MRE. A senhora Rumiko Tanaka esteve presente à reunião como observadora pela Confederação Geral dos Trabalhadores, na ausência da conselheira e da suplente da entidade. A Ministra Nilcéa Freire deu início à reunião cumprimentando as Conselheiras, apresentando a pauta e as justificativas de ausência das conselheiras Neuza Lima, da Força Sindical, e Ana Luísa Fernandes, da BPW, ambas por motivo de saúde de familiares. Passou em seguida à aprovação das atas das reuniões de 14 de outubro e 8 de dezembro de 2004 e ao período de informes. A conselheira Clara Charf informou sobre o andamento do projeto Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz/2005, sob sua coordenação no Brasil, esclarecendo que o julgamento dos nomes se dará em outubro, e que independentemente deste resultado, será publicado um livro, chamado “Livro das Mil Mulheres”, com as mil histórias encaminhadas. Passando ao informe das atividades previstas para o 8 de março, a Ministra Nilcéa anunciou o lançamento de um programa de rádio semanal, aos domingos, na Rádio Mec retransmitido pela Rádio Nacional, sendo que o primeiro programa, no dia 6 próximo, será dedicado ao 8 de Março. Outra atividade será a entrega do Prêmio Mulher Empreendedora, com o Sebrae e a BPW, que já conta com muitas inscrições de experiências interessantes. Com o MEC, está programado o lançamento de uma publicação sobre a situação da mulher na educação brasileira, segundo dados do INEP. Com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, haverá uma atividade fora

51 de Brasília relativa ao crédito para as mulheres, e no âmbito da Presidência da República,
52 onde trabalham cerca de mil mulheres, estará sendo lançado um Curso de Gestão Pública
53 para as mulheres da Presidência, numa mesa-redonda em que participarão a SPM, a
54 SEPIIR a ENAP e duas vice-ministras do Canadá. A Ministra acrescentou que, além
55 destas, uma outra atividade prevista para o 8 de março será o lançamento do livro
56 “Mulheres em Movimento”, de Claudia Ferreira. A conselheira Andrea Zarzar, do MDA
57 informou sobre o Programa de Documentação para mulheres rurais, em parceria com a
58 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, e o lançamento do Prêmio Margarida
59 Alves para dissertações de mestrado e doutorado sobre mulheres rurais com foco na
60 reforma agrária e na agricultura familiar. Passado o ponto dos informes do 8 de março, a
61 Ministra passou a palavra para a conselheira Eline Jonas, que encaminhou uma denúncia
62 referente ao Concurso Nacional da Polícia Federal onde a prova de aptidão física não
63 respeita a diferença física entre homens e mulheres, fazendo com que as mulheres tenham
64 que passar por uma prova que não têm condições de cumprir. A Ministra acrescentou que a
65 SPM, ao receber esta denúncia, já enviou ofício à Polícia Federal e que a Ouvidoria está
66 acompanhando o caso. Em seguida, a Ministra leu um documento da Articulação de
67 Mulheres Brasileiras dirigido ao CNDM, apelando para o engajamento do Conselho no
68 combate à violência no Estado do Pará e na investigação do assassinato da missionária
69 Dorothy Stang, tendo ficado decidido que uma comissão do CNDM vai acompanhar o
70 caso com a Secretaria dos Direitos Humanos. Antes de passar para o próximo ponto da
71 pauta, a Ministra informou sobre a expansão da SPM, com um anexo com salas para
72 reuniões e para o acervo do CNDM, o Centro de Documentação, Cedoc,. O Arquivo
73 Nacional vai trabalhar na organização do material, e o plano é comemorar os 20 anos do
74 Conselho, em setembro deste ano, com a inauguração do Centro de Documentação. A
75 Ministra lembrou que haverá também a necessidade de uma revisão no Regimento Interno,
76 à luz da experiência desses dois anos de mandato das conselheiras, solicitando que até o
77 final da reunião se forme uma comissão para analisar o Regimento. Nesse ponto, a
78 Ministra apresentou a sraTatau Godinho, que assumiu a Sub-Secretaria de Execução de
79 Programas e Ações Temáticas, dentro da nova estrutura da SPM. A Sub-Secretaria de
80 Articulação passou a denominar-se Sub-Secretaria de Relações Institucionais, coordenada
81 por Suely de Oliveira, com foco na questão internacional. A Sub-Secretária Suely então
82 discorreu sobre o Seminário programado para o dia seguinte, “Diálogo
83 Nacional:Beijing+10”, na Câmara dos Deputados, como uma preparação para o evento de
84 Nova Iorque, de 28 de fevereiro a 10 de março, a 49ª Sessão da Comissão sobre a Situação
85 da Mulher da ONU, denominada “Beijing+10”. Avisou às conselheiras que a Delegação
86 Oficial do Brasil à Nova Iorque vai incorporar as representantes da sociedade civil,
87 lembrando que o CNDM deve designar sua representante no evento, com despesas pagas
88 pela Secretaria. A conselheira Nilza Iraci, integrante do comitê latino-americano que trata
89 das organizações não-governamentais para Beijing+10, destacou a importância da
90 comunicação entre as redes e articulações que participarão do evento e colocou-se à
91 disposição das delegações para esclarecimentos. Passados os esclarecimentos sobre
92 Beijing+10, foi passada a palavra para Sonia Malheiros, da SPM, para o informe sobre o
93 Relatório Cedaw. Sonia destacou que a estrutura do relatório é a recomendada pelo
94 Comitê, e que para respondê-lo foi criado um grupo de trabalho coordenado pela
95 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e pelo Ministério das Relações
96 Exteriores, integrado também pelos Ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego, da
97 Educação, da Justiça, do Planejamento, as Secretarias de Direitos Humanos e Promoção da
98 Igualdade Racial e o CNDM, representado pelas conselheiras Schuma Schumacher (AMB),
99 Maria Ednalva (CUT) e Marcia Campos (CMB). Lembrou que o período oficial do
100 relatório é 2001-2005, mas como os dados do Brasil foram atualizados em 2003, as

101 informações estão concentradas em 2003, 2004 e esse início de 2005. Solicitou que as
102 conselheiras que queiram fazer algum acréscimo, que o encaminhem por e.mail com a
103 máxima urgência, para que possa ser incorporado. A Ministra acrescentou que o Plano
104 Nacional de Políticas para as Mulheres está traduzido para o inglês e será enviado anexo
105 ao Relatório. Passou então a palavra para a conselheira Dirce Veron, representante do
106 Conselho Nacional da Mulher Indígena, que agradeceu às conselheiras por terem apoiado
107 a presença das mulheres indígenas na Conferência das Mulheres, em julho de 2004 e
108 solicitou maior comunicação com a Secretaria. Lembrou que as índias sofrem violência
109 dentro das aldeias não só por parte dos companheiros como por funcionários da Funasa e
110 da Funai, e que elas estão se organizando há 10 anos com muita dificuldade. Sonia
111 Malheiros retornou ao ponto da pauta da Agenda Internacional, para falar da CIM
112 (Convenção Interamericana sobre as Mulheres) e dos mecanismos de acompanhamento da
113 implementação da Convenção de Belém do Pará, destacando a importância da escolha da
114 perita brasileira para integrar a comissão de peritas. Esclareceu que uma representante do
115 CNDM vai acompanhar a oficina de trabalho que será feita com as organizações que
116 trabalham com a questão da violência, e a partir daí surgirá a indicação do nome da perita
117 brasileira. Nesse ponto a reunião foi suspensa para um pequeno intervalo. Ao retomar os
118 trabalhos, a Ministra encaminhou as indicações de conselheiras para as diversas atividades
119 previstas para o CNDM. Ficou combinado que as conselheiras Lia Zanotta e Albertina
120 Costa vão participar da oficina para a Comissão de Peritas da CIM. Para a comissão de
121 revisão do Regimento Interno do CNDM foram indicadas as conselheiras Marilma Torres
122 (OAB), Raquel Guisoni (CNTE) e Myriam Brea (Ministério da Justiça). Para compor a
123 delegação brasileira para o evento Beijing+10, em Nova Iorque, a Ministra indicou a
124 conselheira Clara Charf, que por motivo de agenda encontrava-se impossibilitada. Foi
125 então acatada pelo plenário a indicação feita pela conselheira Maria Elvira (Fórum de
126 Mulheres do Mercosul) de que a conselheira Dirce Veron (CONAMI) represente o CNDM
127 no evento da ONU. Quanto à comissão para acompanhar a situação de violência no Pará,
128 particularmente as investigações sobre o assassinato da missionária Dorothy Stang, após
129 uma consulta sobre a composição das Câmaras Temáticas de Violência e de Trabalho,
130 ficou definida a participação das conselheiras Justina Cima (Movimento de Mulheres
131 Camponesas), Maria Dirce Mendonça (Associação Brasileira de Mulheres de Carreira
132 Jurídica) e Andrea Butto (Ministério do Desenvolvimento Agrário). A partir deste
133 momento, a Ministra passou para o ponto sobre a Comissão Tripartite para a revisão da
134 legislação punitiva de interrupção voluntária da gravidez, formada pelos poderes
135 Executivo e Legislativo e pela sociedade civil. Informou que a parte do Executivo será
136 composta pela Secretaria de Políticas para Mulheres, que a coordenará, pela Casa Civil, os
137 Ministérios da Saúde e da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos e a Secretaria Geral,
138 por fazer a interlocução com os outros movimentos sociais para além do movimento de
139 mulheres. Em relação à representação parlamentar, a Ministra lembrou da necessidade de
140 se pensar uma estratégia para a indicação dos componentes. Sobre a representação da
141 Sociedade Civil, cabe ao Conselho a discussão sobre a sua composição. A Ministra relatou
142 os contatos sobre o assunto feitos com diversas entidades da sociedade civil, durante o
143 Fórum Social em janeiro, e recentemente com a CNBB, Confederação dos Bispos do
144 Brasil, que procurou contato com a Secretaria, o que foi considerado positivo. A Ministra
145 expôs a avaliação política feita dentro da SPM, que apontou para a necessidade de realizar
146 um debate amplo. Nesse sentido, para garantir esta ampliação, a Ministra propôs a abertura
147 de duas vagas para fora do Conselho, uma sendo representação da área médica,
148 convidando a Febrasgo (Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia), e a outra do
149 Conic (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs), que conta com representação de várias
150 Igrejas além da Católica. Colocada a proposta, a Ministra abriu inscrições para discussão

151 por parte do plenário. A conselheira Maria Elvira cumprimentou a Ministra e o governo
152 pela coragem de entrar em assunto antigo e polêmico, e relatou sua experiência quando de
153 seu último mandato como deputada federal, onde foi presidente da Comissão que tratou do
154 projeto de união civil de pessoas do mesmo sexo e encontrou resistência por parte de
155 vários parlamentares, entre os quais o deputado Severino Cavalcanti, atual presidente da
156 Câmara dos Deputados. Acrescentou que a discussão de temas polêmicos é válida quando
157 se consegue avançar no aspecto da formação de opinião, na mudança de conceitos. A
158 Conselheira Hildézia Medeiros sugeriu que a Comissão Tripartite, além da sua
159 composição, se disponha a discutir a questão com outros setores, ao que a Ministra
160 esclareceu que existe a idéia da Comissão trabalhe com oitivas, ou seja, que ela ouça
161 outros segmentos e entidades. A conselheira Mari Machado (Ministério de Ciência e
162 Tecnologia) considerou um avanço a comissão ser ampliada, por considerar que o
163 problema a enfrentar não será o debate interno na comissão, mas sim o método e a forma
164 de como vai ser estabelecido o debate com a sociedade, e a disputa de opinião que será
165 feita na sociedade. A conselheira Lia Zanotta discordou da proposta de inclusão do Conic,
166 por considerar problemático trazer para dentro da comissão uma organização religiosa, por
167 ser o estado laico, e no seu entender o Conselho defender esta posição representaria um
168 retrocesso. Acrescentou ser um mérito do Governo Federal ter assumido esta discussão, a
169 partir da Conferência, onde a sociedade civil já deu um aval pela descriminalização do
170 aborto. Nesse sentido, o próprio Conselho e suas entidades representativas, que levaram
171 adiante a Conferência, deveriam compor a comissão. Em relação à Febrasgo, considerou
172 que a entidade pode ser suporte e apoio da comissão, não necessariamente dentro dela. A
173 conselheira Schuma Schumacher analisou que o CNDM, com seus 20 anos, já tem
174 legitimidade na sociedade, com representação de muitos segmentos, o que faz com que a
175 comissão ser composta pelo Conselho não signifique sectarismo. Lembrou que a luta pela
176 legalização do aborto já tem muitos anos, com muitos enfrentamentos na sociedade com
177 setores religiosos, não tendo sentido incluí-los na comissão. Agora é um novo momento,
178 onde diferentes segmentos devem ser ouvidos nas oitivas, sendo sua proposta de que as
179 seis representantes na comissão saiam do CNDM e que haja o maior número possível de
180 oitivas e que todos os segmentos sejam ouvidos. A conselheira Eline Jonas opinou que as
181 seis vagas da comissão devem sair do Conselho, reconhecendo ser legítima a preocupação
182 da Ministra em ouvir diversos segmentos, mas não no sentido de incorporá-los à comissão.
183 A conselheira Raquel Guisoni destacou haver outras formas de atuação para além da
184 comissão tripartite, como a atuação das conselheiras como sociedade civil organizada,
185 levando a discussão para os estados e municípios, para dentro das suas categorias, com o
186 objetivo de massificar a discussão. A sub-secretária Tatau Godinho analisou que a
187 estratégia, seja ela qual for, vai acabar no Congresso, tendo-se que considerar que a eleição
188 do deputado Severino Cavalcanti colocou a necessidade de pensar com mais cuidado como
189 trabalhar a estratégia. Lembrou que as críticas que vão surgir em relação ao trabalho da
190 comissão sejam pelo conteúdo, e não pelo método, não por ter feito uma comissão que não
191 represente um processo legítimo de decisão, que respeite os diversos setores. Ao se propor
192 que a representação da sociedade civil não seja exclusiva do conselho, não há nenhum
193 questionamento da legitimidade ou da história do conselho, mas há uma pergunta sim do
194 grau de amplitude de representação para o tema. Destacou ainda a importância de setores
195 da área jurídica e da área da Saúde fazerem parte da comissão. Lembrou que a discussão é
196 qual a estratégia de montar um trabalho político que leve a uma condição de sucesso do
197 que se quer lá na frente. Destacou a importância da sociedade civil se organizar para fazer
198 pressão, fora da comissão, esse é o aspecto mais grave, garantir que o debate aconteça
199 fora da comissão. Outras conselheiras ainda manifestaram-se em relação à ampliação da
200 comissão, com argumentos contra e a favor semelhantes ao já descritos. Para encaminhar a

201 votação, a Ministra propôs que primeiramente se decidisse se a representação da sociedade
202 civil se dará exclusivamente através do CNDM ou se será ampliada. A proposta de
203 ampliação da comissão foi vencedora por 11 votos a 9. Em relação às entidades de fora do
204 CNDM, a proposta de ampliação em duas vagas obteve 11 votos, em uma vaga 7 votos,
205 com duas abstenções. Foi consenso que a primeira vaga será ocupada pela Febrasgo
206 (Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia). A segunda vaga ficou para ser
207 definida depois, uma vez que no dia seguinte todas participariam do Seminário
208 Beijing+10, na Câmara dos Deputados, quando seria feita uma sistemática de consultas e
209 conversas entre as conselheiras para a indicação, com posterior votação através dos
210 e-mails. Sobre as 4 entidades do CNDM, foram sugeridas AMB, CUT, Rede Feminista de
211 Saúde, Fórum de Mulheres do Mercosul, UBM, Marcha Mundial das Mulheres e
212 Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica. As conselheiras votaram em
213 quatro destas sete, sendo escolhidas CUT (com 16 votos), AMB (com 18 votos), Rede
214 Feminista de Saúde (com 15 votos) e Fórum de Mulheres do Mercosul (com 12 votos).
215 Finda a votação, a Ministra deu por encerrada a reunião agradecendo a presença de todas,
216 e convidando-as para participarem no dia seguinte do Seminário “Diálogo Brasil:
217 Beijing+10” às 9 horas na Câmara dos Deputados.
218
219
220